

Revista trimestral do Programa Europeu LEADER II

LEADER

magazine

LEADER magazine [mars-avril-mai 2000] - chaussée St-Pierre 260, B-1040 Bruxelles - Bureau de dépôt Bruxelles X

Primavera de 2000 n.º 22

**(Re)povoar
o meio rural**

Leitrim/North Roscommon

Entre Lousã e Zêzere

Sudoeste





País: Suécia
Ação realizada: criação de uma cooperativa de teletrabalho
Custo total: 111 058 euros
UE: 24 529 euros
Outros fundos públicos: 24 529 euros
Privado: 62 000 euros

“Três aldeias isoladas de Jämtland – Högarna, Fagarland e Ollsta – reagiram ao despovoamento que ameaçava a sua sobrevivência, criando uma cooperativa de desenvolvimento – “Byssbon” (Os aldeãos) – o que facilitou a instalação de dez jovens famílias do exterior, salvando assim a escola e criando diversos serviços (creche, centro polivalente, mercearia, etc.) assim como um telecentro. Este último associou-se a quatro outros tele-centros para lançar em 1998, com a ajuda do LEADER, “JämtOffice”, empresa cooperativa especializada em tele-serviços, construção de sites Internet e arquivo informático de documentos. Recentes contratos celebrados, nomeadamente com um banco e um museu, deverão contribuir para a criação de 20 postos de trabalho. As possibilidades de emprego oferecidas pelas tecnologias de informação são essenciais para continuar o repovoamento das aldeias.”

Ann-Margreth Göransson,
responsável LEADER



País: Espanha
Ação realizada: realocização e desenvolvimento de uma empresa em meio rural
Custo total: 222 481 euros
UE: 39 145 euros
Outros fundos públicos: 39 145 euros
Privado: 144 191 euros

“Serna del Monte, uma aldeia com uma centena de habitantes, está ameaçada de despovoamento apesar de se situar apenas a 80 km de Madrid. Atraída pelo campo, uma família madrilenha decidiu instalar-se na aldeia, transferindo para aí a sua empresa de materiais de isolamento e lançando-se no turismo. Foram realizados importantes investimentos com a ajuda do LEADER: aquisição de uma nova máquina para a empresa de isolamento, mas também instalação de um hotel com capacidade para 30 camas (6 unidades), com restaurante, serviço de refeições para fora, sala polivalente e aluguer de BTT. Organizou-se uma formação personalizada para apoiar o projecto. O empreendimento criou três empregos permanentes a tempo inteiro.”

Juan Quintana Cavanillas,
director do grupo LEADER



País: Bélgica
Ação realizada: aconselhamento em ordenamento rural
Custo total: 173 524 euros
UE: 86 762 euros
Outros fundos públicos: 86 762 euros

“Afim de evitar que as nossas povoações se tornem aldeias-dormitório, o Parque Natural do Pays des Collines criou, graças a fundos LEADER II, a sua própria ‘célula de assistência arquitectónica e paisagística’, que se encontra operacional desde há pouco. A criação de um mapa paisagístico – projecto que visa a protecção da paisagem intermunicipal – permitirá, por seu lado, reflectir democraticamente sobre as vocações específicas das diferentes partes do nosso território. A paisagem do Parque é para nós um dos principais motores do desenvolvimento. A protecção e uma gestão mais adequada dos nossos espaços arborizados os problemas de implantação de novas explorações agrícolas ou de zonas de actividades constituem outros tantos apelos à coerência de um projecto de desenvolvimento sustentável.”

Emmanuel Desmette,
responsável pelo projecto



País: França
Ação realizada: criação de uma política de alojamento para acolher novas populações
Custo total (estudo): 37 186 euros
UE: 15 152 euros
Outros fundos públicos: 11 364 euros
Privado: 10 670 euros

“O Pays de Menat, no Maciço Central, lançou uma política de desenvolvimento da habitação. O objectivo é articular as muitas casas fechadas, e até abandonadas, com a procura crescente por parte de pessoas que trabalham nas bacias de emprego vizinhas (Clermont-Ferrand, Montluçon). O acolhimento de novas populações no Pays de Menat passa antes de mais pela reabilitação do património construído. Foi lançada uma vasta campanha de comunicação no sentido de sensibilizar os proprietários. Foram financiados estudos de viabilidade dos alojamentos (em edifícios privados e públicos). O ano 2000 será dedicado à mobilização dos meios financeiros para realizar as renovações previstas. Por fim, serão asseguradas acções de comunicação junto dos habitantes das cidades vizinhas. Paralelamente, as autarquias locais trabalham no sentido de tornar o Pays de Menat mais atraente, nomeadamente através de acções de valorização das aldeias e dos montes, mas também pela salvaguarda das paisagens.”

Alain Escure,
presidente do grupo LEADER

Novas populações em meio rural: do acolhimento ao acompanhamento 4



Vários territórios rurais sofrem um declínio demográfico e um envelhecimento da sua população. Mas deparam-se também com um novo interesse por parte dos cidadãos que procuram aí instalar-se. À escala europeia, os territórios organizam-se de maneiras muito diversas face à chegada destas novas populações.

(Re)povoar o Leitrim e o North-Roscommon (Irlanda): uma questão de qualidade de vida..... 13



Da ajuda ao alojamento à renovação de um cinema, passando pela valorização de espaços de lazer, criação de novos serviços e de novas actividades, existe toda uma gama de meios que são utilizados para atrair novos habitantes na zona menos povoada da Irlanda. O LEADER é um elemento-chave deste dispositivo.

Reocupação neo-rural..... 18



Com a terciarização acelerada da economia do país, o meio rural português já não retém os seus jovens, que preferem a cidade à aldeia e os empregos assalariados nos serviços à exploração de uma quinta ou a uma actividade artesanal independente. Contrariando esta tendência, toda uma legião de urbanos – portugueses, mas sobretudo oriundos do norte da Europa – está a encontrar o seu “lugar ao sol” no interior de algumas regiões, o que constitui uma verdadeira reocupação rural. Encontro com os empresários (neo)rurais das zonas LEADER Entre Lousã e Zêzere (Centro) e Sudoeste (Algarve/Alentejo).

Foto da capa:
Uma família instala-se no campo
(Basse-Normandie, França)

Em poucas palavras...

Yves Champetier, *Director,*
Observatório Europeu LEADER

“(Re)povoar o meio rural”. O título deste LEADER MAGAZINE é só por si um símbolo, no momento em que se finaliza o LEADER II e se inicia o LEADER+.

Enquanto durante vários decénios o meio rural foi, em inúmeras regiões da Europa, sinónimo de inelutável declínio, de êxodo, de envelhecimento e de desertificação, o que se constata hoje?

São vários os territórios que se “re-desenvolvem”, alguns, como evoca John Bryden, onde se fala mesmo de “renascimento rural”. É certo que os territórios que “renascerem” encontram-se geralmente próximos de centros urbanos importantes, mais nas planícies do que nas montanhas, mais nas zonas bem servidas de infra-estruturas modernas de transportes do que em zonas isoladas. Mas pode constatar-se também que a tendência para a renovação se propaga, como uma mancha de óleo, em territórios que até há pouco tempo eram considerados como inviáveis.

Este fenómeno é ainda mais encorajador pelo facto de nestes territórios, apressadamente condenados à extinção, se ter desencadeado uma dinâmica local, se ter estruturado uma vontade colectiva e se ter construído um projecto de futuro em torno do qual se congregam as populações. E o LEADER não ficou ausente de todo este processo. Apesar de tudo, subsiste ainda, na maioria dos casos, a principal dificuldade destes territórios que durante muito tempo conheceram um êxodo rural dramático: a insuficiência da renovação das gerações, a falta de “forças vivas”.

Neste contexto, é sintomático que um dos últimos seminários organizados no âmbito do LEADER II, e aqui relatado no artigo de Corinne Legrand, se tenha debruçado sobre o acolhimento em meio rural, mais precisamente, sobre os meios de atrair novas populações para aí viverem e trabalharem.

Para os territórios que continuam a perder população, a chegada de novas famílias, de novos activos, é imperiosa. O que exige uma abordagem global, que considere o conjunto dos aspectos da integração: o alojamento, a actividade, o rendimento, a presença de serviços a integração social e cultural.

Paralelamente, há populações urbanas que estão à procura de um novo quadro de vida. Há, pois, que inventar, uma articulação – nem sempre simples de conseguir – entre as expectativas de uns e as aspirações de outros. É uma questão estratégica importante para muitos territórios rurais, uma questão crucial, embora ainda mal analisada e pouco considerada pelas diversas intervenções públicas, sobre a qual muito se terá que fazer no decurso dos próximos anos.

Este tema “(Re)povoar o meio rural” traduz bem o facto de serem hoje muitos os territórios rurais que, entre uma atitude de resistência, mais ou menos activa, e uma marginalização que parecia inevitável, acabaram por optar por uma atitude muito mais ofensiva de invenção de um novo futuro.

Não há dúvida que a situação continua complexa e que, em muitos casos, nada se ganhou. Mas também nada está ainda perdido. Neste período de grandes mutações, provocadas nomeadamente pela mundialização da economia e pela generalização da sociedade de informação, os territórios rurais têm os seus trunfos. Para tirarem algum partido deles, deverão, com o apoio das novas políticas rurais e da Iniciativa LEADER+, mostrar ainda mais voluntarismo, criatividade e inovação. <

Novas populações em meio rural Do acolhimento ao



acompanhamento

POR CORINNE LEGRAND [*]

Vários territórios rurais sofrem um declínio demográfico e um envelhecimento da sua população. Mas deparam-se também com um novo interesse por parte de urbanos que procuram aí instalar-se. À escala europeia, os territórios organizam-se de maneiras muito diversas face à chegada destas novas populações.

“Era preciso salvar a escola primária das nossas três aldeias”, recorda Ann-Christine Andersson, da Suécia, para justificar a motivação que levou ao acolhimento de novas populações no seu território. Para Jim Connolly, na Irlanda, *“o meio rural é uma oportunidade para reabsorver os problemas urbanos, tais como o desemprego”*. Em França, na região Limousin, *“é graças à chegada de novas populações que se pode manter a vida nas nossas aldeias”,* como testemunha um responsável pelo acolhimento de novas populações... Por toda a Europa, com motivações diversas, cada vez mais territórios rurais se organizam para acolher novos habitantes. E também, um pouco por todo o lado, há urbanos que aspiram a melhores condições de vida e pretendem instalar-se no campo. Contudo, a diversidade dos contextos sociodemográficos e culturais torna difícil fazer uma abordagem global da problemática do acolhimento de novas populações em meio rural. Esta questão foi objecto de um seminário que decorreu de 10 a 14 de Novembro de 1999, em Eymoutiers, Limousin (França).

O Limousin assume claramente a sua vontade de acolhimento

Devido à sua situação demográfica inquietante, onde se vê a população decrescer (uma perda de mais de 25% em menos de um século) e envelhecer constantemente (média de idade: 43 anos, ou seja, 5 anos mais do que a média nacional), a região de Limousin é um exemplo dos territórios rurais que concebem e adoptam políticas voluntaristas de acolhimento de novos habitantes. O Conselho Regional considerou-o uma das suas prioridades e instalou uma “Célula de Acolhimento” responsável pela informação, orientação e acompanhamento dos promotores de projectos. *“Se hoje, conforme uma sondagem realizada junto dos habitantes de Limousin, 80% da população local está convencida da necessidade de acolher novos habitantes, antes disso foi necessário batalhar muito para sensibilizar os rurais”,* sublinha Stéphane Grasser, responsável pela política de acolhimento no Conselho Regional. *“Para estarmos numa posição de acolhimento, é preciso acreditarmos no nosso território.”*

Ora, é difícil para os habitantes rurais, que não conseguiram reter os seus próprios filhos, admitir que a sua região possa atrair cidadãos. A região ganhou 15 000 novos habitantes entre 1990 e 1999, mas é difícil encontrar uma explicação precisa: política de alojamento? Acolhimento e acompanhamento dos promotores de projectos? Esforço de comunicação da região? Desde 1997, o Limousin iniciou uma parceria com meios de comunicação social nacionais, como a revista “Village” e o canal de televisão “Demain!”^[1]. Estes contactos tiveram efeitos directos: vários pedidos de instalação, tendo alguns deles sido concretizados (reabertura de um hotel-restaurante por um casal de parisienses, criação de uma empresa de ladrilhamento, abertura de um bar-cocktail-creperia, etc.). Todavia, ainda há muito caminho a fazer. A Região pretende agora conhecer melhor estes migrantes, a fim de responder às suas expectativas, compreender a razão por que localidades situadas fora dos eixos viários ganham população, mobilizar o conjunto dos residentes do Limousin, *“nomeadamente, os autarcas rurais que estão ainda longe de terem toda a consciência deste fenómeno migratório e do impacto positivo que ele pode desempenhar sobre o respectivo território, se for bem acompanhado”,* afirma Robert Savy, Presidente do Conselho Regional. *“Se a ideia já é admitida nos espíritos, ainda há mais crentes do que praticantes”.*

[*] **Corinne Legrand** é jornalista na revista “Village”. Criado em 1993, Village é um periódico bimensal francês, de âmbito nacional, dedicado à criação de actividades no campo. Contribui para um melhor conhecimento das questões cruciais dos territórios rurais. Contato: acteur.rural@wanadoo.fr



Lançada e animada pela população local, “Télé Millevaches” contribui para o dinamismo deste território rural de Limousin (França)

➔ A próxima etapa consiste, pois, na estruturação do processo de acolhimento. A ideia é de montar uma rede regional, associando parceiros técnicos e encarregados de missões dos diferentes territórios. Desta forma, tanto uma dinâmica coerente como algumas experiências exemplares poderão ser disseminadas ao conjunto da região. O Plateau de Millevaches, um dos territórios LEADER do Limousin, que se lançou, há mais de dez anos, num processo de desenvolvimento local, faz hoje um balanço positivo desta mobilização local. Permitiu, nomeadamente, a reabilitação de 564 habitações, das quais metade foram arrendadas a pessoas exteriores ao Planalto. Um processo deste tipo poderá ser generalizado a outros territórios do Limousin. Para atingir este novo marco, a Região também se associou ao “Collectif Ville-Campagne” [2]. Desta forma, conseguiu multiplicar os encontros com urbanos desejosos de deixar a cidade, em salões profissionais, sessões de informação e colóquios anuais sobre estas problemáticas, instaurando uma verdadeira dinâmica de acolhimento que vai até ao acompanhamento do promotor do projecto. “É preciso acolher dentro da medida em que o podemos fazer e não incentivar imoderadamente a chegada de novos habitantes”, recomenda o Presidente do Conselho Regional. Em França, outros territórios rurais, mais pequenos, procuram aplicar esta mesma dinâmica, mas o Limousin parece ser a única região, até agora, que soube mobilizar-se de forma tão voluntarista.

Olhares cruzados

Na Irlanda, pelo contrário, a associação “Rural Resettlement Ireland” (RRI) conseguiu construir uma política nacional. Em 1990, Jim Connolly decidiu criar a associação para melhorar a situação das famílias em dificuldade e contribuir para o repovoamento das autarquias rurais. “O ambiente rural representa uma oportunidade, argumenta Jim, pois permite oferecer a famílias desfavorecidas habitação a baixo custo.” Desde então, uma antena da associação possui os seus escritórios na cidade, a fim de informar e orientar os candidatos à instalação.

De início, todas as administrações rurais estavam pouco convencidas do interesse deste projecto. Jim Connolly mobilizou então algumas instâncias de escala nacional, obtendo em 1996 um acordo com o Governo e com o Banco da Irlanda.

A novidade aqui reside na possibilidade oferecida aos desempregados de acederem à propriedade. Hoje, Jim lamenta que estas medidas tenham apenas podido aplicar-se a novas construções e não ao restauro de edifícios existentes. “É fazendo pressão sobre as autoridades nacionais que os voluntários locais obterão o reconhecimento capaz de levar a uma real política de acolhimento de novas populações em territórios rurais”.

A experiência do RRI inspirou um programa piloto, cofinanciado pela União Europeia, aplicado em nove territórios rurais da Irlanda, e visando uma melhor compreensão do fenómeno da instalação de novas populações em meio rural, com o fim de definir uma verdadeira política nacional nesta matéria. Contrariamente à experiência conduzida pela associação RRI, para quem o público alvo se compõe antes de mais de populações desfavorecidas, a ADM centra as suas acções junto de clientelas economicamente mais “sólidas”: profissionais, emigrantes que desejem regressar ao seu país, etc. (ver o artigo de Jean-Luc Janot, “A via irlandesa”). Na Finlândia, “não existe uma política nacional específica, mas algumas iniciativas locais (nomeadamente, no âmbito do LEADER) tendem a incentivar as famílias a instalar-se no campo, mas não forçosamente em meio rural isolado”, observa Pentti Malinen, universitário em Oulu (ver o testemunho de Minna Silander sobre a aldeia de Kamppi). Na Suécia, foi o risco de encerramento da escola primária que provocou a reacção dos habitantes de três aldeias de Jämtland. Em 1984, decidiram associar-se numa cooperativa, “Byssbon” (“Os aldeões”). Após realizarem o diagnóstico do território, os cinquenta membros decidiram o lançamento de acções em torno do alojamento, dos serviços à população e do emprego. Também aqui, se aplicou uma estratégia de comunicação, em parceria com a imprensa, para dar a conhecer as ofertas. Já com catorze anos de recuo, Ann-Christine Andersson sublinha, entre os bons resultados consegui-

dos, a manutenção e renovação da escola primária, a abertura de uma creche e de um lar para idosos ou ainda a criação de um centro de teletrabalho. No total, foram assim criados cerca de doze empregos. No entanto, as dificuldades persistem. *“Todos os projectos realizados se fizeram sem qualquer apoio político, mas apenas com fundos próprios de voluntários, empréstimos contraídos pela cooperativa, fundos gerados por certas actividades – como o lar para idosos – e com alguns contributos do município”*, relembra-nos ela.

Em Espanha, se Aragão – região onde uma grande parte do meio rural conhece graves problemas demográficos (densidades muitas vezes inferiores a 10, ou mesmo 5 hab./km²) – deseja acolher novas populações, a situação na Sierra Norte de Madrid é relativamente diferente. Esta zona, denominada também a “Sierra Pobre”, é afectada, particularmente nas suas pequenas aldeias, por problemas de despovoamento, embora esteja situada apenas a cinquenta quilómetros de Madrid. Progressivamente, a ideia do acolhimento foi fazendo o seu caminho, em particular por iniciativa do grupo LEADER e em colaboração com as autoridades regionais. Todavia, a população local manifesta certas reticências, receando ver chegar da cidade pessoas em dificuldade, e não percebendo o interesse em acolher “estrangeiros”. São estas as posições contrastantes que se encontram um pouco por toda a Europa.

Uma estratégia a definir

As especificidades de cada um dos territórios complicam a definição de uma política de acolhimento comum. Para já e num primeiro tempo, devem ser estabelecidos cinco pontos: a definição das necessidades, o público interessado, os obstáculos a superar, as acções a conduzir e os principais actores a mobilizar.

Em França, algumas pessoas emitem reservas quanto à necessidade de estabelecer uma lista das necessidades a dar resposta. Esta técnica ignora, com efeito, todos os projectos inovadores que não derivem de um pedido expressamente formulado. *“O meio rural deve ser portador de inovações. Trata-se, para os actores rurais, de adoptar uma abordagem ofensiva, não se contentando em defender o que existe”*, insiste Mohammed Chahid, da Associação Regional dos Territórios (Pays) d’Auvergne (ARPA).

No que diz respeito ao público a acolher, as posições estão igualmente divididas: alguns evocam o direito dos territórios rurais de escolherem as populações a acolher. Outros procuram antes a adequação entre o projecto e o território, o que deve passar pela comunicação entre os urbanos e os rurais, a fim de derrubar as falsas ideias de uma e outra parte.

Escola rural: a sua manutenção é essencial para o futuro da aldeia





O presidente do grupo LEADER Mezquín (Aragão, Espanha) e a sua família são antigos cidadãos instalados em meio rural

— Vários exemplos franceses (Plateau de Langres, Plateau de Millevaches, aldeia dos Voivres em Vosges) mostram que o facto de não se escolher uma determinada categoria de população permite o desenvolvimento de projectos inovadores que, de outra forma, não teriam visto a luz do dia.

Por todo o lado, a diversidade e amplitude dos obstáculos a transpor entravam o acolhimento de novas populações: obstáculos culturais, cuja expressão mais corrente é a resistência das comunidades rurais que temem recém-chegados (preconceitos, experiências passadas negativas, desconhecimento recíproco rural/urbano, auto-imagem negativa), obstáculos económicos e financeiros (desconhecimento das potencialidades de emprego existentes, isolamento dos sectores de actividade, custo de instalação, dificuldade de acesso ao crédito e ao imobiliário), obstáculos administrativos, por falta de coordenação entre os sectores técnicos sectoriais e os serviços territorializados, obstáculos do quadro de vida (falta de habitação, de serviços à população e de ocupação de tempos livres para os jovens “neo-rurais”), por fim, e não menos importantes, obstáculos políticos.

Para uma bem sucedida política de acolhimento de novas populações, a mobilização local é indispensável. Pondo de parte o caso da Irlanda, uma mobilização política nacional é ainda necessária, e mesmo em França, onde o Collectif Ville-Campagne é responsável por esta problemática.

A melhoria do acolhimento de novas populações em meio rural passa pelo envolvimento da população, autarcas, actores profissionais privados e públicos, associações. Trata-se de envolver todo um grupo desde a origem do projecto; de associar os “novos” e os “antigos” instalados, os outros territórios rurais que desejam acolher, assim como os parceiros do sector da investigação, como as universidades; de sensibilizar a administração e o conjunto dos actores locais (agentes de desenvolvimento, profissionais da habitação, instituições financeiras, etc.).

As opiniões estão muito divididas quanto à mobilização da “diáspora”. Com efeito, as pessoas que deixaram o território há vários anos possuem por vezes uma imagem falsa da realidade local.

No que se refere às acções a conduzir e aos actores a mobilizar, todos concordam que o desenvolvimento de um território passa pelo influxo de novos recursos humanos. Esta tomada de consciência só pode fazer-se através de uma melhor comunicação junto dos rurais sobre tudo o que este acolhimento implica. “A cobertura mediática facilita a formação da população local”, testemunha Jim Connolly. Trata-se de informar e de formar os autarcas, de valorizar os casos bem sucedidos de instalação, de alargar o conhecimento que os jovens têm do seu território, de inverter a percepção negativa que os habitantes têm do seu local de vida ou ainda de sensibilizar os residentes secundários. Importa que o programa de acolhimento seja integrado e articulado com um programa de desenvolvimento local. Do mesmo modo, um ponto de acolhimento, de escuta e de orientação, jornadas de informação, um acompanhamento moral e técnico do portador de projecto através do patrocínio dos habitantes permitem um verdadeiro acolhimento em boas condições. <

[1] Lançado em 1997 pelo grupo francês CANAL+, “Demain!” é um canal dedicado ao emprego e, nomeadamente, à retoma de empresas. Instalou uma antena local na região do Limousin.

[2] O “Collectif Ville-Campagne” é uma associação francesa, criada em 1995, que agrupa 16 membros entre universitários, profissionais do mundo associativo, privado e público, e dos meios de comunicação social, procurando criar uma ponte entre os urbanos, que desconhecem a organização actual dos territórios rurais, e os territórios rurais, que não sabem como se organizar para acolher estes recém-chegados.



“À procura de novas famílias”

Minna Silander, LEADER Seinänaapurit [Finlândia]

A aldeia de Kamppi (365 hab.) pertence ao município de Kurikka, a cerca de 70 km a sudeste de Vaasa na Finlândia Ocidental. As duas actividades principais da aldeia são a agricultura e a indústria de móveis. Desde Agosto de 1998, iniciou-se formalmente um processo de desenvolvimento da aldeia, no âmbito do Programa LEADER II. Receando o encerramento da escola, os habitantes de Kamppi, agrupados numa associação, decidiram atrair famílias jovens para repovoar a aldeia. Trabalhando em estreita colaboração com o grupo LEADER, a associação contratou-me, como agente de desenvolvimento responsável pela execução do projecto. A acção consiste em melhorar a qualidade de vida na aldeia e torná-la o mais agradável possível, a fim de atrair novos habitantes. Para tal, o custo total do projecto LEADER eleva-se a 80 000 euros, dos quais 32 000 provenientes da União Europeia, 19 000 do Ministério finlandês da Agricultura, 13 000 euros da autarquia, sendo o restante (16 000 euros) financiado por fundos próprios.

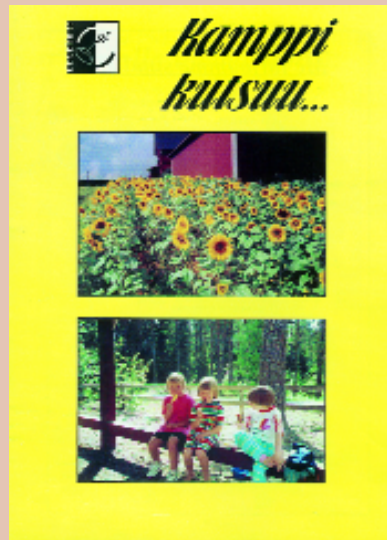
O principal objectivo, a curto prazo, é manter a escola da aldeia, que conta este ano 30 alunos, relativamente aos 33 de 1998-99. Este número deverá manter-se bastante estável durante os próximos cinco anos, mas a partir daí, se nada for feito, prevê-se uma queda brutal da frequência, porque apenas duas crianças nasceram nesta localidade em 1999.

Elaborámos uma lista de terrenos bem situados, de fácil acesso e onde podem ser feitas novas casas de habitação. Treze destas parcelas estão viabilizadas e dispomos também de várias casas para arrendar.

Os terrenos que estão à venda são anunciados na rádio, na imprensa local e em cartazes afixados em locais estratégicos: mercearias, serviços públicos, etc. Participamos também em Salões da habitação em várias grandes cidades finlandesas, assim como nas “Jornadas do Imobiliário” organizadas por bancos. Temos também feito muita promoção da nossa aldeia, organizando diversos acontecimentos e actividades: feiras de velharias, conferências, cursos de iniciação à Ikebana (arte floral japonesa), passeios pedestres, etc.

Os principais trunfos da aldeia residem na beleza da natureza que a cerca, num contexto ambiental muito favorável à prática de diversos desportos, na qualidade da escola, no dinamismo da população local e na proximidade (6 km) da pequena cidade de Kurikka.

O preço dos terrenos para construção é muito competitivo e os habitantes de Kamppi dizem-se também prontos a dar uma ajuda aos recém-chegados: na implantação dos alicerces, evacuação de terras e outros trabalhos pesados. Visamos antes de mais jovens famílias que tenham certos vínculos – familiares, por exemplo – com a nossa aldeia, assim como todas as outras pessoas que desejem viver na região de Kurikka.



A situação do emprego não é muito boa nesta província de Etela Pohjanmaa, muito em especial para mulheres com diploma universitário; é um problema, mas conseguimos sempre encontrar trabalho para os que pretendam instalar-se aqui.

Todos os tipos de actividade contribuem para aumentar o atractivo e a qualidade da aldeia: “mini-clubes” para as crianças, actividades extra-escolares durante a tarde, cursos de dança, de línguas, etc.

Muito envolvidos nestas actividades, os aldeãos sempre acolheram calorosamente os recém-chegados, que, por seu turno, se integram em geral rapidamente e encontram o seu lugar no seio da associação de desenvolvimento local.

Várias famílias manifestaram o seu interesse por Kamppi e esperamos poder anunciar em breve novas instalações. A nossa aldeia é um local vivo e as pessoas gostam da cá estar, porque aqui é bom viver. Esperamos que outros possam também descobrir este sítio e decidam fazer aqui o seu ninho. <



É já visível uma renovação demográfica
em muitos territórios rurais

Declínio? Que declínio?

Mutações demográficas e mutações sociais estão estreitamente ligadas. As zonas rurais já não são forçosamente territórios onde a população diminui, pelo contrário. A evolução demográfica de um território depende da disponibilidade de recursos naturais, humanos e financeiros, mas também da eficácia em colocar estes recursos ao serviço do desenvolvimento económico local. A força do LEADER é precisamente o ter sabido responder com frequência a este desafio.

POR JOHN BRYDEN [*]

Nenhum indicador exprime talvez tão claramente a diversidade da Europa rural como a densidade demográfica; do mesmo modo, nada indica de forma tão simples os bons desempenhos ou as dificuldades económicas de um dado território como o aumento ou a diminuição da sua população. Um olhar pelo mapa das densidades regionais de população mostra que as regiões mais densamente povoadas e urbanizadas, com mais de 150 habitantes/km², se situam em Inglaterra, Holanda, Bélgica, Alemanha e Itália, embora este tipo de região exista também em torno das grandes cidades de todos os países da União Europeia, à excepção da Finlândia. Na outra extremidade do espectro demográfico, encontram-se as regiões menos densamente povoadas e as mais rurais na Suécia, Finlândia, Irlanda, norte da Escócia, centro e uma parte do norte de Espanha, assim como partes montanhosas de França, Grécia e Portugal.

Renascimento rural

No que diz respeito às mutações e às possibilidades de desenvolvimento do mundo rural, o mais interessante são as tendências demográficas no tempo, as suas causas e consequências. Durante muito tempo, associou-se declínio demográfico e meio rural, devido ao facto de aqui ocorrer a emigração dos jovens, um fraco crescimento natural devido à distribuição desequilibrada dos sexos e das classes etárias e, consequentemente, um envelhecimento da sua população. No entanto, já nos anos 70 se começou a empregar a expressão “renascimento rural”, quando se constatou, contra todas as expectativas, que a população de muitas zonas rurais estava a aumentar, uma tendência que se confirmou

aliás nos anos 80. Este crescimento demográfico não era, porém, observável em todo o lado, longe disso: os territórios isolados e pouco povoados, assim como as zonas de montanha, continuavam a perder habitantes, enquanto os mais próximos de cidades – grandes ou médias – viam a sua população aumentar rapidamente. O que não impediu que se constatasse, nos últimos decénios, um crescimento demográfico até em regiões rurais remotas e pouco povoadas, tais como as Highlands e as ilhas escocesas, o oeste da Irlanda e a Suécia Setentrional.

As razões que podem explicar que uma região rural conheça uma tendência demográfica positiva ou negativa são complexas e variam conforme o contexto. A maneira como a população evolui depende do saldo natural (a relação entre os nascimentos e os óbitos) e do saldo migratório (a relação entre os fluxos de população que entram e saem do território). Dada a baixa taxa de natalidade, em geral, na Europa, nos últimos decénios, são em grande parte estes movimentos migratórios que fazem a diferença entre as regiões.

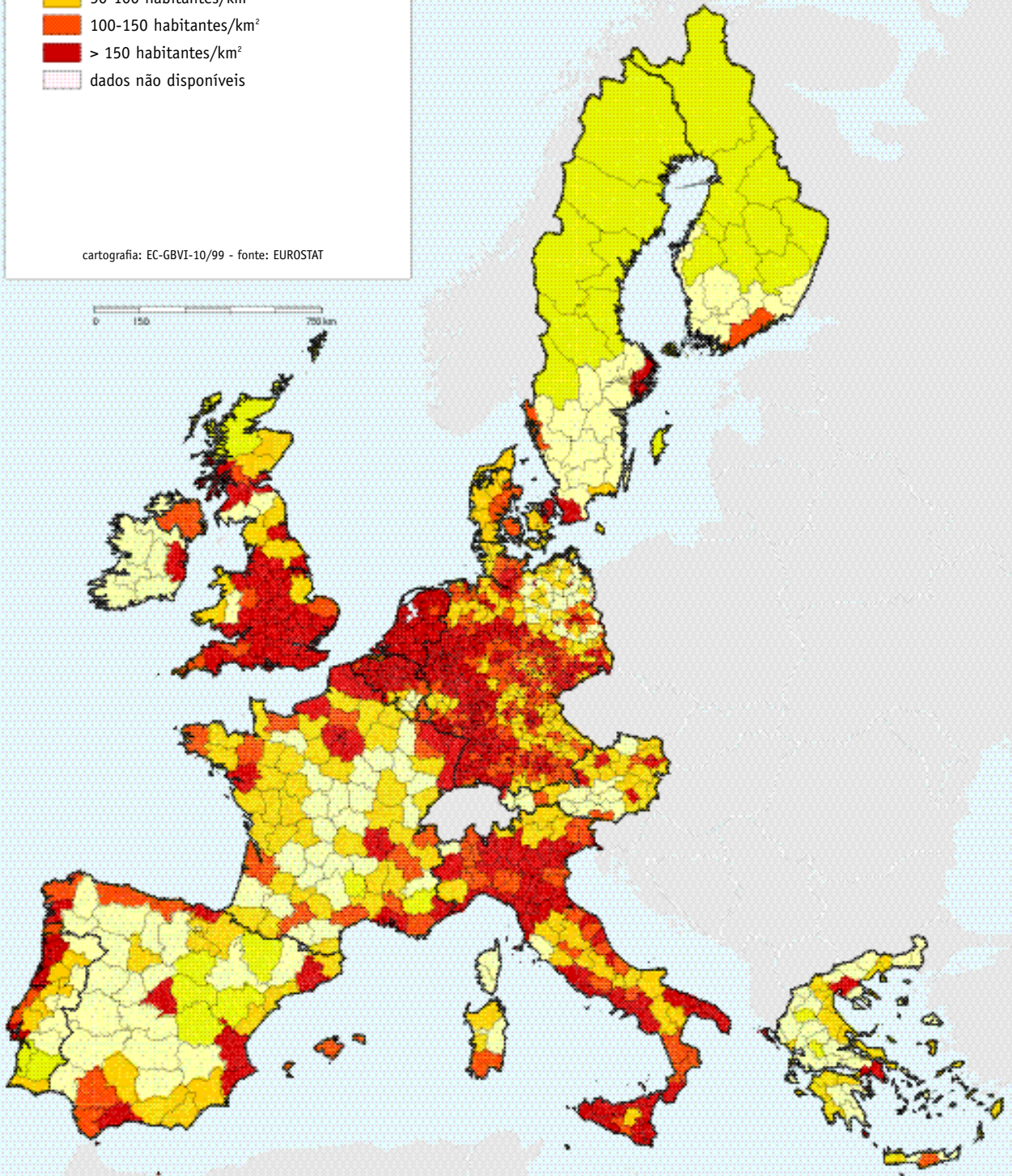
[*] *Professor de Geografia Humana na Universidade de Aberdeen (Escócia, Reino Unido) e coordenador do tema “Prospectiva” para o Observatório Europeu LEADER, John Bryden é co-director do Centro Arkleton para a investigação em desenvolvimento rural e consultor do Comité Interministerial Escocês para a Política Rural.*

UNIÃO EUROPEIA
DENSIDADE POPULACIONAL
POR REGIÃO (1997)



cartografia: EC-GBVI-10/99 - fonte: EUROSTAT

0 150 200 km



— Situações contrastantes

Nas zonas rurais peri-urbanas da Holanda, do sudeste da Inglaterra e da Região Parisiense, é o desenvolvimento urbano que exerce a sua influência sobre os territórios rurais adjacentes: pressão imobiliária por parte dos migrantes diários, procura de novos serviços, efeitos sociais e ambientais diversos.

Nas regiões próximas de grandes aglomerações, a população aumenta graças a um contributo migratório oriundo das cidades e dos subúrbios. Está em curso uma desconcentração demográfica, que adopta a forma de um fluxo demográfico proveniente das grandes áreas metropolitanas. Neste caso, a maioria dos que se instalam no campo pertencem geralmente a categorias de população com rendimentos mais elevados, que fogem àquilo que consideram ser problemas urbanos, tais como o empobrecimento de certos centros urbanos ou de certos subúrbios, o tempo perdido nos transportes, a poluição atmosférica, o aumento dos impostos locais, a deficiente qualidade das escolas, o aumento da criminalidade, o desemprego de longa duração ou a degradação dos equipamentos colectivos. Um dos desafios para os grupos LEADER que intervêm neste tipo de territórios é evitar que este afluxo de população, devido às suas consequências – nomeadamente, nos preços da habitação e dos terrenos – venha reforçar a tendência para a partida das populações locais mais fragilizadas.

Noutras zonas, por exemplo, no sul de França, em muitas zonas litorais de Espanha e de Portugal, numa parte do País de Gales no Reino Unido, observa-se uma imigração de reformados, em geral abastados, e/ou de pessoas que se reinstalam na sua região de origem e/ou, ainda, activos atraídos por uma melhor “qualidade de vida”. Integrar estas novas populações, susceptíveis de desempenhar um papel activo no desenvolvimento dos territórios rurais é uma preocupação de muitas zonas LEADER.

Quanto às regiões que continuam em declínio, estão frequentemente a sofrer, desde há vários decénios, de uma emigração das classes etárias mais jovens, o que tem como consequência baixa natalidade, um envelhecimento da população e uma insuficiência das classes etárias activas. A renovação das gerações já não é assegurada. São estas regiões que podem estar mais interessadas e envolvidas em políticas activas de acolhimento de populações, visando atrair novos elementos activos, indispensáveis à criação de novas actividades e à redinamização dos respectivos territórios.

Imigrações e emigrações

Embora imigração e emigração possam ter efeitos económicos diferentes, considera-se geralmente que um aumento da população indica uma tendência económica favorável e/ou o sentimento do desfrute de uma boa qualidade de vida pelos residentes e pelos novos habitantes; uma diminuição da população é, pelo contrário, o resultado de uma situação económica desfavorável e/ou de uma qualidade de vida medíocre.

Mas é interessante analisar, com mais profundidade, esta evolução da população, podendo então constatar-

-se que várias regiões, como a do Limousin em França, (ver artigo de Corinne Legrand), apresentam simultaneamente um saldo natural que continua a ser desfavorável, herança de um longo período de êxodo maciço da população, e um saldo migratório que se tornou positivo, pois a chegada de novas populações tem compensado cada vez mais esse êxodo que, por seu lado, tem tendência a diminuir. Se estas novas populações forem essencialmente activas e constituídas, numa parte significativa, por famílias com crianças, tratar-se-á então realmente de um processo de renascimento que, de forma mais ou menos tímida, se está a desenvolver e que pode já constatar-se em inúmeros territórios rurais que, há apenas algumas décadas atrás, pareceriam condenados à extinção.

Novas vantagens comparativas... e novos conflitos

Algumas zonas rurais são agora reconhecidas como locais onde é bom viver, em especial, para famílias jovens e até para reformados.

Estes novos valores dotaram os territórios rurais de novas vantagens comparativas e novas actividades económicas, que simultaneamente atraem novos residentes e contribuem para reter os jovens nas zonas rurais. Ao mesmo tempo, surgem novos conflitos a propósito de direitos de propriedade, de acesso à habitação e à posse da terra, etc. Estes conflitos têm tanto causas objectivas (aumento dos preços das propriedades, provocado pela chegada de novos habitantes e pela compra de residências secundárias, pressão das actividades de lazer sobre o ambiente) como causas subjectivas, que coincidem com percepções e representações diferentes da ruralidade e que podem provocar conflitos políticos e sociais locais, a propósito nomeadamente da utilização do espaço rural.

Vencedores e vencidos

Compreender melhor a razão porque certos territórios rurais parecem ser “vencedores” e outros “vencidos”, no plano económico e demográfico, implica considerar como factores-chave os recursos naturais e humanos, o acesso ao capital e o nível de equipamentos. Estes parâmetros continuam a ser determinantes, sobretudo se, relativamente aos recursos naturais, considerarmos as suas novas utilizações para fins de descanso, lazer e turismo.

Torna-se, porém, cada vez mais evidente que, nesta busca da necessária “competitividade territorial”, factores sobretudo “imateriais” – como o grau de desempenho dos mercados e dos organismos públicos locais ou a eficácia das redes internas e externas – desempenham um papel essencial. A Iniciativa LEADER privilegiou estes factores, acentuando a mobilização da população, a valorização das responsabilidades locais, as parcerias e a integração das intervenções. Entre estes factores, a necessidade de atrair e, até em certos casos de acolher e integrar, novas populações, é para muitos territórios um desafio difícil mas capaz de ser portador de renascimento. <



(Re)povoar o Leitrim e o North-Roscommon (Irlanda)

Uma questão de qualidade de vida

Desde a ajuda à habitação até à renovação de um cinema, passando pela valorização de espaços de lazer ou a criação de novos serviços e de novas actividades, tem-se utilizado toda uma gama de meios para atrair novos habitantes à zona menos povoada da Irlanda. O LEADER é o elemento chave deste dispositivo.

Era uma vez, no preciso local em que o rio Shannon inicia o seu curso preguiçoso, uma aldeia que possuía a última unidade de produção de carvão vegetal (hulha) operacional na Irlanda. Infelizmente, em 1990, a central eléctrica que absorvia 95% do carvão desta mina cessou a actividade, provocando assim o encerramento da unidade. 260 mineiros perderam um trabalho que tinham exercido, na sua maioria, de pai para filhos. Sem falar do número incalculável de empregos indirectos que também se perderam... Arigna (500 habitantes actualmente) e o conjunto da zona de influência económica da sua mina tinham obrigatoriamente que reconverter-se. Assim nasceu a Agência de Desenvolvimento da Zona de Arigna ("Arigna Catchment Area Community Company Ltd."/ACACC), um agrupamento de 40 associações locais da região. Estávamos em 1991, o LEADER I iniciava-se e a ACACC pôde tornar-se o grupo de acção

local (GAL) para esta parte da Irlanda [*]. *"O encerramento da mina de Arigna foi o último desastre económico que afectou a nossa região", lamenta Pat Daly, director do GAL. "Vejam Leitrim: já era o condado menos povoado da Irlanda e, contrariamente aos outros, a sua população nunca parou de diminuir desde a Grande Fome, passando de 155 000 habitantes em 1841 para apenas os 25 000 actuais... A bacia de Arigna ultrapassou pouco a pouco o choque do carvão de 1990 – o LEADER, por exemplo, permitiu a criação de cerca de 140 empregos directos e a preservação de muitos mais – mas 40% dos jovens continuam a abandonar a região. A situação demográfica continua a ser o nosso grande problema. É preciso, em absoluto, travar este despovoamento antes que o nosso território se encontre completamente desvitalizado e na impossibilidade de reencontrar a massa crítica indispensável ao desenvolvimento, tanto mais que 36% da popu-*

➤ *lação activa da zona LEADER depende ainda da agricultura, que aqui, dado o seu estado, não tem muito futuro".*

Para além das muitas formações organizadas pelo grupo LEADER – sobretudo dirigidas para ofícios da construção e dos transportes, no que diz respeito aos mineiros despedidos –, o maior empreendimento em matéria de reconversão local é o projecto "Arigna, Vale da Energia", articulado em torno de três pólos, espalhados pelo vale da ribeira que deu o nome à aldeia: um Museu da Mina, um Museu da Energia e um Centro de Energias Alternativas. *"Com a Mina, a antiga central eléctrica e o parque eólico instalado nesta colina, dispomos já de, pelo menos, três infra-estruturas em 'tamanho natural', que basta agora instalar em rede de um ponto de vista pedagógico e turístico",* explica Seamus Rynn, presidente de ACDC (Arigna Community Development Company), a agência de desenvolvimento deste vale "energético", que continua, apesar de tudo, muito bucólico e surpreendentemente bem preservado, *"O LEADER I financiou o estudo de viabilidade e o LEADER II dedica cerca de 270 000 euros ao projecto. O que é difícil, para uma modesta associação como a nossa, é encontrar as contrapartidas financeiras. A nossa mina era muito pequena para ser elegível ao RECHAR – o programa europeu de reconversão das bacias mineiras, e dado que o condado de Roscommon não é fronteiro com a Irlanda do Norte, não temos acesso ao Programa Paz e Reconciliação... O levantamento de fundos que empreendemos nos Estados Unidos, por outro lado, já atingiu os 13 000 euros."*

"Um outro obstáculo importante com que nos deparamos aqui, em termos de desenvolvimento, acrescenta Padraig McLoughlin, director do colégio técnico de Drumshanbo e presidente do grupo LEADER, é a falta de iniciativa. Enfrentamos frequentemente uma mentalidade de 'assalariado bem pago' ainda fortemente enraizada em muitos antigos mineiros. Os mineiros não são empresários."

Comércio electrónico

Justamente, "60% de assalariados, 40% de trabalhadores independentes", eis o rácio dos destinatários previsto por Bill Connelly e os outros promotores do projecto "E-Commerce", que se iniciou em Arigna em Dezembro de

1999.

Trata-se de uma parceria entre o grupo de acção local e um conceptor de programas informáticos – Trojan – sediado em Boyle (1 800 hab.). 12 jovens desempregados, que tinham conhecimentos de informática, iniciaram uma formação de nove meses em comércio electrónico: *"desde a criação de sites Web à comercialização de produtos na Internet, passando pelo grafismo e a publicidade",* informa Bill, membro do GAL e director da escola primária de Arigna, que alberga a formação. *"Nunca teremos grandes indústrias aqui, por isso este projecto é uma ocasião única de manter cá os jovens e isto graças a uma actividade intelectualmente interessante. Pretendemos criar um centro de excelência, uma espécie de 'fila de montagem de competências' em telemática comercial. Prevê-se que no fim da sua formação, todos os participantes sejam, num primeiro tempo, contratados por Trojan; em seguida, alguns poderão voar com as próprias asas e lançar a sua empresa."*

O projecto inclui a contratação de um professor e de um coordenador – que é também responsável por encontrar clientes que desejem dispor de um site Web comercial. Os sites construídos pelos alunos financiarão, pelo menos, uma parte do programa, prevendo-se a criação de uma empresa de comércio electrónico no final da primeira sessão de formação. Para já, a acção (com um custo total de 170 000 euros, dos quais 35 000 são da responsabilidade de Trojan) é financiada no âmbito da medida C do LEADER. Inscreve-se, com efeito, numa cooperação transnacional com o grupo LEADER South Tyrone, na Irlanda do Norte, que está a realizar um projecto muito semelhante. Será, aliás, um certificado passado por McGee College da Universidade de Ulster que caucionará as duas formações, tanto a do Sul como a do Norte.

"O projecto 'E-commerce' não só é portador de oportunidades de emprego como vem também elevar significativamente a qualidade dos serviços escolares da região, um factor muito importante para atrair novas populações", assinala John Burke, vice-presidente do GAL e presidente da cooperativa Uná Bhán que reúne cerca de trinta actores socioeconómicos da região de Boyle (os lucros do café-restaurante aberto pela cooperativa, em 1995, graças a uma ajuda LEADER I, são inteiramente reinvestidos na animação e promoção turísticas da zona).

Com o crescimento fenomenal que a Irlanda em desde há vários anos (mais de 8% ao ano em 1997 e 1998) e a situação de quase pleno emprego (menos de 6% de desempregados em 1999), mesmo nos condados rurais (ver o artigo "A via irlandesa"), são sobretudo os factores ligados à qualidade de vida que fazem agora a diferença entre um território atractivo e um território propício ao abandono.

Ora, o Leitrim/North-Roscommon está cheio de recursos naturais e culturais: situado em colinas e crivado por vastos lagos gerados pelo Shannon, embutido de aldeias pitorescas e de castelos, esta zona LEADER tem tudo para agradar, tanto a turistas como a candidatos à instalação. Do mesmo modo, com a melhoria das infra-estruturas viárias e a generalização da Internet, o relativo afastamento do território já não é uma dificuldade intransponível. *"As linhas de telecomunicações são melhores do que em Dublin – 44000 bits aqui contra os 33000 bits de lá – e vamos ter em breve a RDIS",* exclama Liam Breslin, investigador no domínio das tecnologias de informação, que se instalou em 1998 com a compa-

"Arigna, Vale da Energia": ao fundo, o Lough Allen;
à direita, uma fábrica de briquetes, sobrevivente da antiga exploração de carvão





A esteticista Karen Taylor pôde continuar na região graças a uma ajuda financeira LEADER

neira, Aedin McLoughlin, em Ballinaglera, aldeia de 300 habitantes na periferia do Lough Allen (Leitrim). E acrescenta: “aqui, temos tempo, até o talhante é um filósofo, e depois há outra razão para a nossa presença aqui – estamos suficiente longe para poder escapar ao baby-sitting das nossas crianças!”

“A qualidade de vida é o nosso primeiro trunfo”, afirma Brian Nerney, director do jornal Roscommon Herald. “Fomos penalizados pela proximidade da nossa fronteira com a Irlanda do Norte. Para os investidores, grandes e pequenos, estávamos associados a uma zona de guerra... Os acordos de Novembro de 99 são a melhor notícia que tivemos desde há muito tempo.”

Agora, como que empurrados por um vento de optimismo, saem os projectos da cartola: assim, o magnífico Parque Florestal de Lough Key, o mais antigo parque natural da Irlanda, mas cuja frequência diminuiu muito desde 1991, vai ser objecto de uma redinamização e reabilitação de grande envergadura. Cerca de 6 milhões de euros vão ser investidos em diversas infra-estruturas (novo centro de interpretação, casas rústicas, equipamentos de lazer, etc.) muito integradas no ambiente. “Também aqui somos confrontados com o nosso défice demográfico”, reconhece Frank Feighan, vereador do condado de Roscommon: “ninguém quer investir num hotel de luxo neste parque, e o motivo invocado por todos os potenciais investidores que abordámos é o montante insuficiente da nossa população”.

Habitação

“A habitação é hoje o maior obstáculo à chegada de novas populações”, considera Noel Collins, agente de instalação para o condado de Roscommon, no âmbito da experiência “Pilot Scheme for Rural Resettlement” (ver artigo “A via irlandesa”). A sua colega no Leitrim, Tina Rehill, partilha o mesmo ponto de vista: “por um lado, existe uma clara insuficiência de habitação em bom estado, por outro um aumento de preços tão elevado, no decorrer dos dois últimos anos, que o acesso à propriedade e até ao arrendamento se tornou difícil para muita gente...”

O Upper Shannon, a que pertence a totalidade da zona LEADER, é a área geográfica escolhida pelo governo irlandês para testar, entre 1999 e 2002, um programa de renovação rural (“Upper Shannon Rural Renewal Scheme”) baseado em incentivos fiscais: impostos sobre o capital reduzidos em 50% para a construção de uma nova casa e de 100% para a renovação de um edi-

fício residencial existente. “O interesse do público é muito grande: em apenas quatro meses, recebemos várias centenas de pedidos”, sublinha Gillian Buckley, responsável pelo projecto na Western Development Commission, agência que gere o programa. “Trata-se da aplicação rural de um modelo que já deu provas em meio urbano. É um programa que visa essencialmente os proprietários de recursos modestos e os emigrantes que desejem voltar à terra natal. Numa estratégia de repovoamento sustentável, é fundamental concentrarmo-nos sobre estas duas categorias, que são ‘economicamente mais fiáveis’, se me atrevo a dizer, do que os grupos desfavorecidos ou os neo-rurais atraídos antes de mais por um novo estilo de vida.”

Quanto à iniciativa LEADER, é amplamente utilizada em apoio a este esforço de repovoamento, lançado em todas as direcções, e numa gama de sectores muito ampla: ajuda à criação de 12 empregos num novo lar de idosos, apoio à criação de novos serviços de proximidade (um salão de beleza, por exemplo), ordenamento de locais de convívio e de cultura (espaços de exposição, um estúdio de gravação), até à renovação do cinema de Carrick-on-Shannon, que se preparava para fechar as portas. “Mais ainda do que o dinheiro (17% dos 130 000 euros que investi), foram os argumentos das pessoas do LEADER que me convenceram: conservar um cinema é muito importante para uma pequena vila como a nossa”, acentua o proprietário do Cinema Gaiety.

“Prendemos manter as pessoas na terra”, repete Padraig McLoughlin, o presidente do grupo LEADER. “Sabem, de facto, o que me motiva, é que toda a minha família esteja aqui perto de mim e não na América, na Inglaterra ou noutro lado qualquer.” <

[*] A zona LEADER I Arigna Catchment (1991-1994) abrangia também uma parte dos condados de Sligo e de Cavan, num total de 4 500 km² (90 000 hab.)



LEADER LEITRIM/NORTH ROSCOMMON

Superfície do território: 3 285 km²

População: 56 936 habitantes

Financiamento LEADER II: 6 250 720 euros

UE: 2 180 000 euros – **Outros fundos públicos:** 935 000 euros

Privado: 3 135 720 euros

Arigna Catchment Area Community Company Ltd.

Enterprise Centre, Arigna

IRL-Carrick-on-Shannon (Co. Roscommon)

Tel: + 353 78 46 186 – Fax: +353 78 46 188

E-mail: arigna@iol.ie

Reinstalação em meio rural

A via irlandesa

O sucesso da “Rural Resettlement Ireland”, associação de ajuda à reinstalação em meio rural de famílias urbanas desfavorecidas, estimulou o governo irlandês a lançar um programa-piloto visando aprofundar a experiência e alargá-la a outras categorias da população. Estão agora envolvidos nove territórios rurais, todos eles cobertos pelo LEADER.



“Tínhamos receio de acabar numa torre de habitação social, em pleno campo...” A “torre” que Frank e Eva Page ocupam, com as suas quatro crianças, é uma casa isolada, modesta mas confortável, onde efectivamente a renda é moderada, pois trata-se de uma habitação de carácter social pertencente ao Município do Condado de Leitrim. “Nados e criados em Dublin desde há muitas gerações”, os Page decidiram deixar a grande cidade, em 1994, quando Frank perdeu o seu emprego de estafeta e os seus dois filhos mais velhos, no limiar da adolescência, “se arriscavam a cair na droga e delinquência”. Os Page tinham ouvido falar na “Rural Resettlement Ireland” (RRI). Contactaram esta associação de ajuda à instalação em meio rural durante o Verão de 94; e, em Novembro, a RRI informava-os de que estava disponível uma casa em Ballynamore, Leitrim. Os Page foram lá, gostaram muito da casa e alugaram-na por dois anos, o tempo necessário para que o Município do Condado lhes encontrasse a residência actual.

Sangue novo

Os Page correspondem perfeitamente ao perfil das famílias reinstaladas em meio rural com a ajuda da RRI: urbanos desfavorecidos, ou até ameaçados de exclusão, encontraram no campo a segurança, a tranquilidade e uma verdadeira qualidade de vida.

Jim Connolly é o homem que imaginou o conceito subjacente à RRI, desde o início dos anos 70: “artista escultor, natural de Dublin, tinha-me estabelecido no Oeste do

condado de Clare e via os meus vizinhos desaparecerem uns atrás dos outros, sem que houvesse jovens para os substituir. Com efeito, era todo o Oeste da Irlanda que se despovoava e os programas económicos em aplicação não o conseguiam impedir. Estavam concebidos numa perspectiva a longo prazo, enquanto o problema era tão grave e urgente que exigia uma verdadeira ‘transusão de sangue novo’ para os campos. Pelo contrário, em Dublin e nas grandes cidades de Inglaterra, muitas famílias viviam em condições muito mediocres: desemprego dos pais, insegurança, ambiente deprimente... Então surgiu esta ideia: porque não propor a estas famílias que se instalassem junto de nós? Nessa altura, eu acreditava que a chave da operação era o emprego, mas, em 1990, o número de desempregados atingia os 300 000 na Irlanda e a emigração atingia números elevadíssimos... Então, dei a volta à questão e questionei-me: ‘e não será o problema a própria solução? Não será sobre o desemprego, mais do que o emprego, que temos que apostar para repovoar o meio rural?’”

Rural Resettlement Ireland

Com alguns amigos, Jim criou em 1990 a Rural Resettlement Ireland (Reinstalação Rural na Irlanda). A associação utiliza a rádio para divulgar a sua mensagem: “*Está desempregado? Vive num bairro difícil? Porque não instalar-se no campo? O campo talvez não vos dê um emprego, mas dará certamente uma melhor qualidade de vida.*” Uma centena de cartas de pessoas interessadas chegaram à RRI. “*Todas diziam a mesma coisa, recorda Jim: encontrem-nos uma casa! Um elemento jogou a nosso favor: o sistema irlandês de protecção social é independente do local de residência – podemos mudar para qualquer parte do país sem perder os direitos. Isto vale tanto para o subsídio de desemprego como para os apoios à habitação – que são concedidos desde há pouco sob certas condições. Sentimos que o governo vai no nosso sentido...*”

De facto, a RRI é parceiro do Ministério do Ambiente e de diversas autoridades locais num programa-piloto nacional, o “Village Renewal Scheme” (Programa de Renovação de Aldeias) que incentiva os residentes de habitação social em meio urbano a reinstalar-se em meio rural, onde poderão continuar a beneficiar de um alojamento de renda moderada.

É também o Estado irlandês que cobre 75% do orçamento anual da RRI, ou seja, cerca de 100 000 euros. O resto provém de donativos privados, nomeadamente provenientes dos Estados Unidos. “*Ainda não beneficiámos de qualquer ajuda directa da União Europeia, observa Jim, mas é preciso sublinhar que o LEADER e outros programas europeus deram uma grande ajuda a várias das nossas famílias reinstaladas, co-financiando alguns dos investimentos necessários à sua nova actividade rural.*”

Com quatro empregados permanentes, assim como correspondentes voluntários disseminados pelo país, a associação percorre a Irlanda à procura de casas para os candidatos à vida no campo. Um balanço realizado em Dezembro de 1999 revelou que nada menos que 400 famílias tinham já sido reinstaladas em 19 condados da Irlanda por intermédio da RRI. E Jim Connolly constata: *"à partida, todas as famílias que se instalaram eram desempregados e ninguém se tornou agricultor. A taxa de sucesso, quer dizer, a percentagem das famílias que não voltaram para a cidade, é de 80% em média, após nove anos de funcionamento, e mesmo 92% nos últimos três anos, provavelmente devido ao 'Tigre celta' [1]: muitas vezes, os reinstalados encontram trabalho poucas semanas após a sua chegada."*

Piloto

Os sucessos da Rural Resettlement Ireland atraíram a atenção da Comissão Europeia durante a Conferência de Cork sobre o desenvolvimento rural, em Novembro de 1996 (ver LEADER Magazine nº 13). Dado que nenhum instrumento europeu podia por si só apoiar a associação, no âmbito do período de programação 1994-99, os funcionários da Comissão Europeia sugeriram às autoridades irlandesas a elaboração de um programa-piloto de reinstalação em meio rural, ficando assim disponíveis financiamentos europeus suplementares. Foi finalmente a ADM ("Area Development Management Ltd.)/Sociedade de Gestão do Desenvolvimento Territorial), organismo intermediário para a execução do Programa de Desenvolvimento Local (LDP) na Irlanda, a agência encarregada pelo Ministério do Turismo, Desporto e Lazer de conceber e gerir um dispositivo visando *"uma melhor compreensão das questões ligadas à reinstalação de populações em meio rural, nomeadamente no que diz respeito ao emprego, formação e inserção profissional, de maneira a conduzir a uma estratégia de revitalização rural ao nível nacional"*. O "Pilot Scheme for Rural Resettlement" (programa-piloto para a reinstalação rural) foi lançado em 1999 com a duração de um ano. Com uma dotação de cerca de 400 000 euros e aplicado em nove territórios rurais [2] seleccionados em função de critérios demográficos, económicos e sociais, o programa está concebido como uma investigação-acção destinada a facilitar a reinstalação de populações em meio rural. A Rural Resettlement Ireland encontra-se estreitamente associada à sua execução, na qualidade de célula de assistência técnica nacional e como membro do conselho consultivo.

Em cada um dos nove territórios abrangidos, constituiu-se um "comité de reinstalação" e foi recrutado um agente de desenvolvimento "reinstalador". As tarefas deste último consistem em informar e sensibilizar a população, identificar as necessidades, contactar com os proprietários de habitações vagas, inventariar o stock de habitação disponível, etc. Para que este programa possa

beneficiar de uma gama de experiências tão vasta quanto possível, cada agente de reinstalação dispõe de uma grande autonomia na escolha das suas intervenções. De uma maneira geral e a prazo, trata-se de sensibilizar o conjunto dos actores envolvidos, explorar novas vias possíveis em matéria de ajuda à instalação, identificar exemplos de boas práticas, emitir recomendações que, uma vez estruturadas num documento a difundir largamente, *"permitirão desencadear uma verdadeira estratégia nacional de reinstalação como instrumento de regeneração do meio rural"*, insiste Martin Flatley, coordenador do projecto.

"Ajudar à reinstalação em meio rural significa reconstituir um puzzle composto por quatro fragmentos essenciais," considera Martin: *"os grupos – alvo, as possíveis zonas de implantação, a disponibilidade e a qualidade da habitação, assim como as possibilidades de integração e de emprego. O sucesso deste programa depende de uma boa articulação entre estes quatro elementos."*

Sobreviventes

"Diferentemente da RRI, que se ocupa essencialmente da reinstalação em meio rural de famílias desfavorecidas," prossegue Martin, *"procuramos aqui avaliar as possibilidades de ajuda à instalação de outros grupos específicos: emigrantes que desejem regressar à Irlanda, técnicos e profissionais atraídos pelo mundo rural e cuja actividade não esteja absolutamente ligada a uma localização geográfica específica. E sem esquecer todos os meios que possam permitir a retenção das pessoas na sua terra. Com efeito, interessamo-nos por todas as categorias de pessoas que possam contribuir para o desenvolvimento local de uma zona rural."*

Suspeitamos ter havido um casamento de razão, mais do que de paixão, entre ADM e RRI, mas as opiniões de Martin Flatley convergem com as de Jim Connolly: *"os nossos caminhos são paralelos, mas estão destinados a cruzarem-se com uma frequência crescente. Todas as partes envolvidas compreenderam que o verdadeiro desafio era o futuro da Europa rural. Por isso advogo agora uma 'Rural Resettlement Europe': O que me fascina sempre nos nossos 'clientes' é a sua determinação em sobreviver. E é precisamente disso que a Europa rural necessita – uma raça de sobreviventes."* <



[1] O fortíssimo crescimento que ocorre na Irlanda desde há alguns anos valeu ao país esta alcunha muito "asiática".

[2] Os nove territórios abrangidos pelo "Pilot Scheme to Rural Resettlement" são cobertos pelo LEADER II, mas quatro grupos de acção local estão directamente envolvidos no programa-piloto, sendo responsáveis pela respectiva execução na sua zona: Duhallo, Galway, South Kerry e West Limerick.



Portugueses urbanos, Alemães, Britânicos, Franceses, Holandeses, Suíços...
realizam os seus projectos e o seu sonho rural em Portugal

Reocupação neo-rural

Com a terciarização acelerada da economia do país, o meio rural português já não retém os seus jovens, que preferem a cidade à aldeia e os empregos assalariados nos serviços à exploração de uma quinta ou a uma actividade artesanal independente. Contrariando esta tendência, toda uma categoria de antigos urbanos – portugueses, mas sobretudo norte-europeus – encontraram o seu “lugar ao sol” no interior de certas regiões, constituindo uma verdadeira reocupação rural. Encontro com os empresários (neo-)rurais das zonas LEADER Entre Lousã e Zêzere (Centro) e Sudoeste (Algarve/Alentejo).

“Não podemos nunca partir e deixar a aldeia, sem vigilância, por causa do vandalismo”, lamenta Kerstin Thomas. Com o marido e dois filhos, de oito e quatro anos, são os únicos habitantes de Cerdeira, aldeia perdida no extremo de um caminho de terra nas alturas da Serra da Lousã, no centro de Portugal. “Estudávamos português em Coimbra quando descobrimos esta aldeia abandonada e decidimos instalar-nos aqui. Conseguimos comprar quatro casas.” Oriundo da região de Kassel,

Alemanha, o casal pretendia fazer uma vida perto da natureza, “trabalhar em casa, ter tempo para viver, não correr mais... Aqui, não tenho a impressão de ‘largar’ as crianças na escola para não chegar tarde ao emprego”. E o de Kerstin e do marido é, antes de mais, a escultura em madeira. Mas é também o aluguer de quartos de hóspedes aos fins de semana. Nenhuma ajuda de qualquer tipo facilitou a sua instalação em 1986, mas, alguns anos mais tarde, sob pressão da autarquia de que



Sabine e José de Sousa (à direita) na sua nova oficina. Ela é alemã, ele é português, enquanto o seu assistente, Edward Beaumont (à esquerda), é britânico

depende Cerdeira, o Instituto da Juventude arranjou gratuitamente os acessos e as ruelas da aldeia. Depois, a maioria das casas foram sendo adquiridas por habitantes de Coimbra ou de Lisboa, que delas fizeram residências secundárias. Hoje, Cerdeira e as outras aldeias abandonadas da região quase se tornaram locais de residência estival “chiques”, conhecidos em todo o país.

Crédito

Desde a sua entrada na zona Euro, Portugal instalou-se definitivamente na sociedade de consumo. “Durante muito tempo informal, a economia rural começou por tornar-se monetarizada, e agora as pessoas descobriram o crédito em força...”, explica Andreas Apitz, natural de Hamburgo e instalado na Serra desde 1987. “As letras dos grandes carros 4x4, que compraram a crédito, têm de ser pagas... Então, as pessoas procuram um emprego assalariado, e relativamente bem remunerado, o que não se encontra aqui.” Andreas e Iris Apitz seleccionaram a Serra da Lousã quase cientificamente: “Escolhemos Portugal porque achámos que era o país do Sul mais aberto aos estrangeiros. Depois, examinámos com todo o pormenor o mapa de Portugal e optámos pelo centro geográfico do país. O Algarve pareceu-nos demasiado quente, o Norte demasiado chuvoso... Aqui, pareceu-nos ideal e, de facto, vivemos no meio de lindas e pequenas serras arborizadas, pouco distantes de um mar frio, e por isso pouco turístico, com ventos de Oeste dominantes que nos protegem da poluição atmosférica.”

Doze anos mais tarde, estará a realidade à altura das expectativas? “De uma maneira geral, sim, responde Andreas, embora possamos lamentar a falta de consciência ambiental – nomeadamente, em matéria de gestão de detritos –, uma administração muito burocratizada e um certo desprezo das pessoas pela sua história local recente – associado às carências, e até à pobreza –, mas Portugal evolui ao seu ritmo, como o fizeram os países mais ricos. Anseio, porém, para que saíamos desta fase um pouco idiota, em que consumir parece ser a única preocupação...” Tal como Kerstin, Andreas faz parte destes norte-europeus marcados pelos anos 60-70 e que escolheram Portugal por ideal cultural (uma sociedade rural “autêntica”), político (a Revolução dos Cravos em 1974) ou socioeconómico. Manfred Markl, 45 anos, define-se como proveniente do meio “alternativo” de Nuremberga: “entre 1974 e 1981, formámos uma comunidade autónoma de várias centenas de pessoas no centro da cidade. Eu era garagista... E depois os promotores imobiliários invadiram o bairro e foi preciso encontrar outro local para viver. Sentia necessidade do campo, mas para isso estava fora de questão continuar na Alemanha, onde as terras têm preços muito altos. Em França e em Espanha, era quase a mesma coisa... Então, lá bem no extremo da Europa, já só restava Portugal.” Em 1984, comprou uma quinta de 1,5 ha em Pedrógão Grande e seguiu uma formação em produção de queijos, “Aprendi muito também a trabalhar com as pessoas: toda a aldeia vivia ainda da agricultura nessa época.” Os anos passaram e Manfred tornou-se o único agricultor que sobrevive na sua aldeia. Com as suas 60 cabras, é também o único produtor de queijo em toda esta zona LEADER. “Não existe tradição de fabricar queijo nesta Serra,” explica Maria Marques, directora do GAL Entre Lousã e Zêzere, “a actividade do Markl é uma inovação que é preciso apoiar a todo o custo.” Resultado: o LEADER vai financiar em breve 65% dos 30 000 euros necessários a Manfred para construir e equipar uma pequena queijaria mais eficaz que a actual. “A grande maioria dos projectos que apoiamos são colectivos,” insiste em explicar Ana Souto, agente de desenvolvimento. “Os neo-rurais são muitos na Serra, mas não são para nós uma categoria específica de actores, e muito menos a privilegiar. Integram-se, na sua maioria discretamente, na sociedade local e nas redes socio-profissionais do território. Muitos são artesãos, por exemplo, e é a esse título que poderão beneficiar de uma acção LEADER.”



Entre outras formas de escultura, Kerstin Thomas executa caricaturas em madeira a partir de fotografias que os clientes lhe enviam



Inovadores

Deixemos a Serra da Lousã pela Serra de Monchique, 400km mais a Sul, no limite do Algarve e do Alentejo. “Na generalidade, temos aqui dois tipos de estrangeiros”, resume Gordon Sillence, sociólogo inglês chegado a Portugal há uns 10 anos e co-fundador do Instituto Português de Ecologia (INPECO) em 1996. “Além do grupo dos reformados, muito clássico nas regiões soalheiras, há os ‘empresários’: contrariamente ao que se passa frequentemente no País de Gales ou na Irlanda, as pessoas que se instalam aqui não são forçosamente marginais, que fogem a qualquer custo do sistema urbano. São muitas vezes, mais por temperamento até que por necessidade, empresários que consideraram o seu país de origem inadequado para a realização do seu projecto. Quase sempre inovadores, constituem um formidável recurso para o desenvolvimento local, recurso que infelizmente está, de uma forma geral, insuficientemente explorado...”

“Não estou de acordo com esta última afirmação”, contesta Carlos Albano, agente de desenvolvimento LEADER na Serra de Monchique. E explica: “aqui, os primeiros promotores de projectos LEADER em 1997 eram todos estrangeiros: tu, Gordon, para a produção de um guia topográfico da zona, e Amanda Twohig, que é irlandesa e recebeu um financiamento de 13 000 euros, para a sua empresa de compotas biológicas.”

“Nós não temos uma estratégia que vise especificamente as novas populações; temos uma estratégia global, mas acontece que trabalhamos em grande parte com novas populações”, insiste Pedro Dornellas, coordenador da associação de desenvolvimento “Vicentina” que gere o Programa LEADER Sudoeste. “Grande parte dos habitantes desta zona de Portugal vêm de fora – eu próprio e alguns colegas crescemos em Moçambique, o presidente

da associação, Joaquim Marreiros, é casado com uma holandesa, etc. – e, por isso, matematicamente falando, muitos promotores de projecto aqui são ‘estrangeiros’. Tanto mais que retomam frequentemente actividades que os portugueses já não querem e que são precisamente os sectores que nós apoiamos: agricultura e artesanato...”

A associação Vicentina/LEADER Sudoeste intervém na parte ocidental do Algarve (o Barlavento), do lado do Cabo de S. Vicente, extremidade Sudoeste da Europa. A Norte de uma estreita faixa litoral hiper-turística (4 milhões de visitantes por ano), literalmente “cimentada” desde Lagos até Faro, estende-se – até à Serra de Monchique e a outras serras que formam o limite entre o Algarve e o Alentejo – um espaço muito pouco povoado (apenas 6 hab./km² em certos sítios) que, hoje estaria quase deserto sem os “neo-rurais”.

Vizinhos

“Uma velha senhora já me disse: ‘não quero saber a nacionalidade dos meus vizinhos, o que eu quero é ter vizinhos’” conta-nos Fernanda Silva, responsável LEADER, “a costa ‘aspirou’ todos os jovens deste território...” E cita então, como exemplo, a Freguesia de Barão de São João, onde as jovens famílias são quase todas inglesas, alemãs, holandesas ou suíças, e a escola primária conta 19 crianças estrangeiras para 3 crianças portuguesas. “Os estrangeiros permitiram a manutenção da escola, do correio, de vários cafés e de cinco mercearias, uma destas oferecendo uma gama de produtos biológicos mais extensa do que em Lisboa”, afirma Fernanda.

Niels Rump e Marielle Demenga (36 anos) fazem parte das “forças vivas” de Barão de São João. Oriundos de Genebra, trabalharam para organizações de desenvolvimento no Terceiro Mundo antes de se fixarem em Por-

tugal, em 1989, comprando 4 ha de terras, no meio de parte alguma. Para subsistirem, estes agrobiólogos qualificados decidiram lançar-se na agricultura *“biológica, com certeza! Seria inconcebível para nós praticar qualquer outra forma de agricultura.”* A composição de um “ragú de legumes de Natal” tornou-se o fio condutor que os levou a elaborar a sua gama de produtos e a encontrar a sua fileira: *“tomates, cebolas, corgetes, beringelas, pimentos, feijões... em suma, todos os legumes e frutos que amadurecem aqui quando termina a época em França”*, indica Niels. Em 1992, uma ajuda europeia permitiu-lhe trocar os seus pequenos túneis por grandes estufas, o que os obrigou, um pouco contrariados, a passarem à velocidade superior: *“1 ha de estufas é muito. Teríamos preferido um projecto mais pequeno, para crescer ao nosso ritmo, mas era pegar ou largar por causa do subsídio...”*. Quanto ao LEADER, esta Iniciativa Comunitária apoiou metade dos 17 500 euros necessários para a aquisição de uma máquina de limpar e calibrar os frutos e legumes. Além de Niels e Marielle, a quinta ocupa quatro empregados permanentes. Apenas 1% da produção é escoada no mercado local (o sector turístico do Algarve é pouco consumidor de alimentos biológicos), 60% da produção é exportada (para o Reino Unido e a Alemanha) e 39% é vendida em vários supermercados em Portugal. Para melhor poder negociar os preços com estes últimos, Niels contribuiu para a fundação em 1995 de “Urze”, uma associação de 22 produtores biológicos, distribuídos por todo o território português.

“DistriBIO”

Eric Balans, um Francês, e a sua esposa Alexandra, nascida em Moçambique, fundaram há alguns anos a sociedade “DistriBIO”, que entrega semanalmente ao domicílio cabazes de produtos biológicos, a cinquenta clientes e num raio de 200 km. *“Para tornar operacional esta fórmula,”* explica Eric, *“inspirámo-nos numa experiência de inserção de desempregados em Trièves, França. A volta precisa de cerca de três dias e meio. Cada cabaz contém entre 8 a 10 produtos diferentes. Os capazes são compostos conforme as estações; os clientes – 50% portugueses, 50% estrangeiros – nunca sabem exactamente o que vão receber.”*

Beneficiária de um co-financiamento LEADER para equipamento de embalagem, DistriBIO trabalha, entre outros, com Niels e Marielle.

“Têm-se constituído redes de neo-rurais, sobretudo em função da língua e do sector de actividade”, sublinha Eric. A produção biológica, a ecologia e as energias alternativas tecem laços poderosos: Amanda Twohig, por exemplo, vende as suas compotas biológicas, entre outros lugares, na loja de produtos naturais de Vera Diesselbrede, em Aljezur. Ora, o companheiro de Vera, Franz Wagner, é ele próprio um empresário-inovador na região. Originário de Neuss, perto de Dusseldórfia, abriu em 1979 um restaurante no Algarve. Mas, tal como os demais neo-rurais que se instalaram nessa época, viu-se confrontado com a falta de electricidade. Obrigado a fabricá-la, descobriu uma paixão pelas energias alternativas e criou, com dois compatriotas, a sociedade “Sistemas de Energias Alternativas Portugal Lda.” que se tornou líder nacional na montagem e instalação de equipamentos solares e eólicos.

Alexandra e Eric Balans cultivam e distribuem uma ampla gama de produtos biológicos





Manfred Markl é o único produtor de queijo da zona LEADER Entre Lousã e Zêzere

— “Crescemos entre 20 e 30% por ano, anuncia orgulhosamente Franz. Temos 8 empregados permanentes e 80 revendedores espalhados pelo mundo. Os nossos clientes são 60% particulares e 40% colectividades. Temos participado em vários programas europeus – JOULE, THERMIE – e actualmente cooperamos com a Escola de Minas de Paris num projecto COPERNICUS no Usbequistão”. Os sistemas de Franz Wagner e os enormes esforços desenvolvidos por Portugal, que electrificou os seus campos há já alguns anos, resolveram o grande problema que enfrentavam os recém-chegados há uma dezena de anos atrás. Mas... e a água, “sem a qual – recorda Fernanda Silva – nenhum desenvolvimento rural é possível”, e que falta por vezes, como constataram, à sua custa, José e Sabine Sousa?

Mão-de-obra

José é um “africano”(*) de Moçambique; Sabine, uma alemã de Eutin no Schleswig-Holstein. Ceramistas, possuem uma loja de cerâmica e outros objectos em terra-cota, em Lagos. Em 1995, adquiriram 8 ha de terrenos incultos no interior. O sítio é completamente deserto, mas tem a particularidade de oferecer uma vista simultânea sobre a costa Oeste (“Costa Vicentina”) e a costa Sul do Algarve. Construíram aqui a sua casa e, com a ajuda do LEADER, uma vasta oficina (50 000 euros). Mas não tiveram sorte: o reservatório que devia alimentar a propriedade em água era insuficiente, tornando-se necessário fazer um furo, o que aumentou muito substancialmente os custos do empreendimento. “Pouco a pouco, fomos solucionando os problemas das infra-estruturas”, relembra José, do alto da sua colina sobranceira deste finisterra da Europa. “Estamos orgulhosos ao pensar que, além de nós, mais duas famílias vivem da nossa empresa... Porque, como sabem, a principal dificuldade é encontrar mão-de-obra e conservá-la. Uma caixa do supermercado onde fazemos as nossas compras já fez uma formação connosco mas preferiu esse emprego de caixa, que é aqui muito mais prestigiado do que a cerâmica.” Todos os empresários com quem falámos lamentam esta

falta de mão-de-obra: “a mutação acelerada da sociedade portuguesa desvaloriza as actividades tradicionais, entendidas como antiquadas, sujas e não rendíveis”, observa Sabine. Deveria, contudo, ponderar a sua análise: José não era ceramista antes de a conhecer, mas funcionário do Ministério das Finanças! “Pedi uma licença sem vencimento... por toda a vida”, afirma ele. <

[*] Denominação dada pelos portugueses da metrópole aos brancos originários das ex-colónias portuguesas de África.



LEADER ENTRE LOUSÃ E ZÊZERE

Superfície do território: 729,35 km²
População: 48 012 habitantes
Financiamento LEADER II: 3 308 000 euros
UE: 2 481 000 euros – **Outros fundos públicos:** 247 000 euros
Privado: 580 000 euros
DUECEIRA
 Rua Dr. Pires de Carvalho, 49 – 1º Dto
 P-3200 Lousã
 Tel: +351 39 99 52 68 – Fax: +351 39 99 52 68
 E-mail: dueceira.eloz@mail.telepac.pt

LEADER SUDOESTE

Superfície do território: 2 368 km²
População: 61 393 habitantes
Financiamento LEADER II: 2 921 000 euros
UE: 1 998 000 euros – **Outros fundos públicos:** 129 000 euros
Privado: 794 000 euros
VICENTINA
 Rua Conselheiro Joaquim
 Machado, 45 – 1º E
 P-8600 Lagos
 Tel: +351 82 764 060 – Fax: +351 82 764 060
 E-mail: vicentina@mail.telepac.pt

Direcção-Geral de Agricultura:
reorganização das Direcções do Desenvolvimento Rural

Para poder ter em conta as orientações do novo regulamento sobre o desenvolvimento rural, foram reorganizados os serviços da Direcção-Geral da Agricultura directamente envolvidos por este sector.

O desenvolvimento rural, que depende directamente de um dos quatro Directores-Gerais adjuntos, encontra-se actualmente dividido por duas direcções:

a Direcção F.I integra três unidades – uma, responsável pelos programas de desenvolvimento rural de Espanha, Suécia e Reino Unido; outra, pelos programas da Grécia, Itália, Portugal e Finlândia; uma terceira unidade é responsável pelas florestas, ambiente e acções residuais previstas no Artigo 8º do FEOGA;

a Direcção F.II inclui também duas unidades geográficas – uma, para a Bélgica, Dinamarca, França e Áustria; outra,

para a Alemanha, Irlanda, Luxemburgo e Holanda; uma terceira unidade é responsável pela coerência do desenvolvimento rural face a outros sectores da DG Agricultura (DG “AGRI” na nova denominação interna) assim como pelo regulamento horizontal e a coordenação do LEADER+. Uma quarta unidade é responsável pelo regulamento SAPARD para os países da Europa Central e Oriental.

O novo Director-Geral da DG Agricultura é José Manuel Silva Rodríguez, anteriormente Director-Geral adjunto responsável pelo desenvolvimento rural.

Contacto: Comissão Europeia, rue de la Loi 200, B-1049 Bruxelas. Tel: 00 32 2 299 11 11.

Novas publicações LEADER

Série Inovação em meio rural

“Desenvolver os serviços à população em meio rural”

Assiste-se hoje a profundas mutações – económicas, demográficas, institucionais, tecnológicas – que têm implicações determinantes, por vezes até opostas, para os serviços à população em meio rural. Face à amplitude dos desafios, este caderno propõe uma análise geral do problema, alguns elementos metodológicos para a instalação dos serviços à população, assim como alguns exemplos de instrumentos para as diferentes fases que são o diagnóstico, execução, acompanhamento e avaliação dos serviços à população (Preço: 300 BEF TTC / cerca de 7,5 euros).

Série Guias metodológicos

“Fontes de energia renovável, fontes de desenvolvimento duradouro”.

Concebido para utilização por parte dos actores do desenvolvimento rural, este documento pode servir de instrumento de referência prático para avaliar o potencial local em matéria de energia renovável, estudar o impacto de um projecto neste domínio sobre a situação económica, ecológica e social do território abrangido, para finalmente, se for esse o caso, facilitar a instalação do projecto (Preço: 300 BEF TTC / cerca de 7,5 euros).

Série Cadernos do Observatório

“Ter em conta as lições do LEADER em futuras políticas rurais”

Este caderno é o resultado dos intercâmbios que decorreram nos dois seminários LEADER organizados, respectivamente, na Valónia (Bélgica) e Valença (Espanha), em Junho de 1999, e onde participaram representantes de administrações nacionais e/ou regionais da maioria dos Estados Membros. No momento em que se prepara a nova fase de programação 2000-2006, a reflexão sobre os ensinamentos do LEADER e a sua eventual consideração nas políticas futuras (“mainstreaming”) está no cerne da actualidade.

INFORMAÇÕES:

OBSERVATÓRIO
EUROPEU LEADER
Chaussée Saint-Pierre 260
B-1040 Bruxelas
Tel.: +32.2.736 49 60
Fax: +32.2.736 04 34

E-Mail:
leader@aaidl.be

World Wide Web:
<http://www.rural-europe.aaidl.be>

LEADER+: distribuição financeira indicativa [*]	
ESTADO MEMBRO	LEADER+ (MILHÕES DE EUR)
Bélgica	15
Dinamarca	16
Alemanha	247
Grécia	172
Espanha	467
França	252
Irlanda	45
Itália	267
Luxemburgo	2
Holanda	78
Áustria	71
Portugal	152
Finlândia	52
Suécia	38
Reino Unido	106
Redes	40
EUR-15	2020
[*] distribuição proposta pela Comissão Europeia a 13 de Outubro de 1999	

“Rural Europe”:
o LEADER em linha
e em 6 línguas

As publicações (LEADER Magazine, INFO-LEADER, os cadernos técnicos, etc.), o programa das actividades, a lista actualizada de todos os beneficiários LEADER aprovados, assim como diferentes bases de dados são consultáveis em linha e em 6 línguas (francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e português) na Internet. Estão também abertos vários fóruns.

Nome: LEADER

(Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural)

Tipo de programa: Iniciativa Comunitária

Territórios abrangidos: regiões de Objectivo 1 (com atrasos de desenvolvimento), zonas de Objectivo 5b (zonas rurais frágeis) e zonas de Objectivo 6 (zonas nórdicas de muito baixa densidade populacional) da União Europeia. 10% das verbas destinadas às zonas de Objectivo 5b podem contudo ser afectadas a territórios limítrofes não elegíveis.

Objectivos: na continuidade do LEADER I (1991-1994), o LEADER II visa:

- > encorajar as iniciativas locais de desenvolvimento rural exemplares;
- > apoiar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis que revelem as novas vias a adoptar pelo desenvolvimento rural;
- > multiplicar os intercâmbios de experiências e a transferência de saber-fazer;
- > apoiar projectos de cooperação transnacional resultantes dos actores locais das zonas rurais e que traduzam a sua solidariedade.

Beneficiários: o LEADER II pode financiar duas categorias de beneficiários:

- > em primeiro lugar, os “grupos de acção local”, a saber, um conjunto de parceiros públicos e privados que definem em comum uma estratégia e medidas inovadoras para o desenvolvimento de um território rural de dimensão local (com menos de 100 000 habitantes);
- > outros actores colectivos, públicos ou privados, do meio rural (autarquias, agrupamentos profissionais e sectoriais, cooperativas, associações, etc.), desde que a sua acção, mais temática, se inscreva numa lógica de desenvolvimento ao nível de um território local.

Tipo de medidas: aquisição de competências em matéria de desenvolvimento rural, programas de inovação rural (formação profissional, turismo rural, apoio às pequenas empresas, valorização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local, melhoria do ambiente e do quadro de vida, etc), cooperação transnacional.

As diversas componentes do LEADER II articulam-se em torno de uma “Rede Europeia de Desenvolvimento Rural” permitindo uma ampla difusão (seminários, intercâmbios, publicações) das acções inovadoras empreendidas a favor do mundo rural e facilitando as cooperações transnacionais. Esta rede é animada pelo “Observatório Europeu LEADER”.

Duração do programa: 6 anos (1994-1999)

Dotação de origem comunitária: cerca de 1 755 milhões de ecus (dos quais mais de 1 000 milhões para as regiões de Objectivo 1) financiados pelos três Fundos Estruturais.



Observatório Europeu



**Comissão Europeia
DG Agricultura**

LEADER magazine é a revista trimestral do programa de desenvolvimento rural LEADER II. - O **LEADER II** (“Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural”) é uma Iniciativa Comunitária lançada pela Comissão Europeia e coordenada pela sua Direcção-Geral de Agricultura (Unidade F.1.1). O conteúdo do LEADER MAGAZINE não reflecte necessariamente as opiniões das instituições da União Europeia - **Direcção da redacção:** A.E.I.D.L./ Observatório Europeu LEADER - **Editor responsável:** William Van Dingenen, A.E.I.D.L., Chaussée Saint-Pierre 260, B-1040 Bruxelas - **Jornalismo:** Jean-Luc Janot **Colaboraram neste número:** John Bryden, Yves Champetier, Corinne Legrand, Minna Silander - **Fotografias:** grupos LEADER, Francisco Botelho, John Cogill, Claire Lelièvre, Yves Ronzier - **Fotografia da capa:** Yves Ronzier - **Coordenação da produção:** Christine Charlier - **Concepção gráfica:** Kaligram - Impresso na Bélgica em papel branqueado sem cloro - O **LEADER magazine** é publicado nas onze línguas da União Europeia e tem uma tiragem de 30 000 exemplares. - **Informações:** LEADER magazine, A.E.I.D.L., Chaussée St. Pierre 260, B-1040 Bruxelas, Bélgica. Tel: +32.2 736 49 60. Fax: +32.2. 736 04 34. E-Mail: leader@aeidl.be WWW:<http://www.rural-europe.aeidl.be>